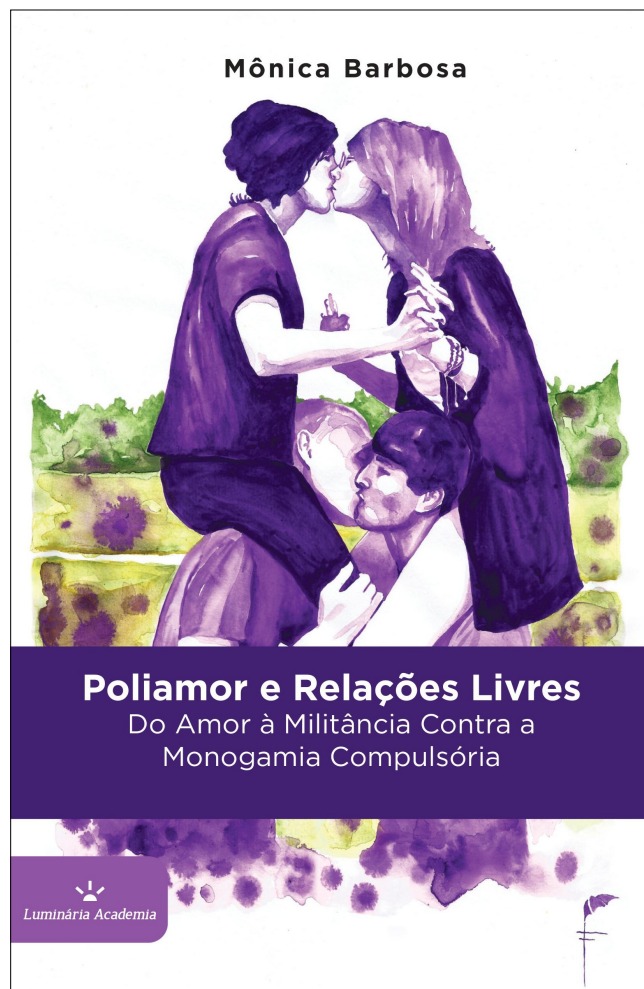




BARBOSA, MÔNICA. POLIAMOR E RELAÇÕES LIVRES: DO AMOR À MILITÂNCIA CONTRA A MONOGAMIA COMPULSÓRIA. RIO DE JANEIRO: ED. MULTIFOCO, 2015¹

Milena Flick

Atriz, pesquisadora e produtora cultural. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal da Bahia (PPGAC-UFBA) e doutoranda da mesma instituição.



O livro *Poliamor e Relações Livres: do amor à militância contra a monogamia compulsória* (Rio de Janeiro: Ed. Multifoco, 2015), é um desdobramento da pesquisa realizada por Mônica Araújo Barbosa² no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão Social e Desenvolvimento do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), orientada pelo professor doutor Leandro Colling (CUS/UFBA) sob o título,

Movimentos de Resistência à Monogamia Compulsória: a luta por direitos sexuais e afetivos no século XXI (2011).

A autora propõe uma análise dos discursos de resistência à monogamia compulsória a partir dos movimentos autointitulados *Poliamor* (São Francisco, EUA, década de 1980) e *Relações Livres* (Porto Alegre, RS/Brasil), utilizando da genealogia foucaultiana como procedimento de problematização e de crítica à heteronormatividade monogâmica. Como é destacado na introdução e reafirmado nos demais capítulos, o objetivo principal da análise é discutir uma demanda social pautada em práticas sexuais não-conventionais que permanecem alijadas dos debates públicos e políticos e cujo discurso não tem alcançado a legitimação necessária para assegurar seus direitos perante a sociedade e o Estado. O livro divide-se em três capítulos: *A sociedade de normalização*; *Direitos humanos e direitos sexuais*; e *Procedimento de Pesquisa*, contando, também, com prefácio escrito por Leandro Colling, além de introdução e considerações finais.

Para realizar a análise proposta, Barbosa tem como principais referências e diálogos teóricos os estudos do filósofo francês Michel Foucault (1926-1983) sobre as relações entre poder, saber e sexo; e a teoria/política queer. No trabalho, as noções de biopolítica, direitos humanos e direitos sexuais, heteronormatividade e monogamia compulsória, são exploradas e revisadas como instrumentos de análise e abordagem crítica. Utiliza-se, também, dos dados coletados junto a Rede Relações Livres (RLI) a partir das técnicas de observação participante, análise documental e grupo focal, para realizar uma operação desconstrutora que tem como foco os discursos hegemônicos sobre a sexualidade, o que ocorre num exercício de diálogo constante com os movimentos Poliamor e Relações Livres.

No primeiro capítulo desenvolve-se uma reflexão sobre a sociedade de normalização alinhada à noção de biopoder nos termos propostos por Foucault, tomando como ponto de partida histórico o avanço imperialista empreendido pela sociedade europeia na África, América e Ásia no século XVIII, que teria desencadeado “um processo de disciplinarização e regulamentação, simultâneos, pelo qual o biológico, em geral, e a sexualidade, em particular, são submetidos ao controle do Estado, individual e coletivamente” (p.20). Tal abordagem é justificada pela necessidade de analisar os processos históricos que constituiriam o conceito de sexualidade.

1 Resenha apresentada como trabalho final da disciplina *Gênero e Sexualidades* no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos (PPGNEIM) em 2015.2.

2 Graduada em jornalismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e especialista em Gestão Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mônica Barbosa trabalha na coordenação e assessoria de projetos culturais e educativos desde 2003.



O capítulo também trata da noção de biopolítica, utilizada por Mônica Barbosa em suas abordagens teóricas de pesquisa, e divide-se em dois tópicos específicos de discussão: o dispositivo da família, no qual analisa a articulação desse dispositivo com a sexualidade; e teoria e política queer, em que se utiliza desse campo como instrumento de crítica à sociedade normalizada. A autora apresenta o conceito de biopolítica definido por Michel Foucault (2005) como um processo de instalação de novas tecnologias de poder que não estão restritas ao corpo individual, mas se difundem pelo corpo social, materializando-se na gestão de vida e dirigindo-se à espécie humana. Nessa discussão, aponta a sexualidade como “um poderoso fio de articulação entre disciplina e regulamentação”, passando, num voo rasante, pelo papel da medicina na constituição de um saber regulador, e pelo racismo de Estado como condição de aceitação do poder de matar na sociedade de normalização (p. 22-23).

O tópico 1.1 inicia-se com uma compreensão do conceito de família como um “sistema dinâmico de inter-relações entre elementos que, no seu conjunto, formam um organismo cuja ordenação/organização plenamente reconhecível, corresponde a regras, padrões universais, flexíveis apenas até o limite de sua categoria lógica” (p.25). Discutindo tal dispositivo, a autora estabelece diálogos com Friedrich Engels (1820-1895)³, para quem a origem da família monogâmica teria ocorrido de maneira paralela ao surgimento da propriedade privada, afirmando que o desenvolvimento social teria ocorrido em três etapas: o estado selvagem, a barbárie e a civilização (p.26). A família monogâmica teria se originado nesta última etapa, que se inicia com a escrita alfabética e a fundição do minério de ferro e na qual surgem a indústria manufatureira e a arte (idem).

No período nomeado “civilização”, a família monogâmica surgiria com o papel de promover a filiação e interferir na ordem da herança e hereditariedade, que passaria do direito materno ao hereditário paterno, realizando, portanto, a imposição de restrições à prática sexual da mulher, limitada a um único parceiro. Dessa maneira, a monogamia teria a função estratégica de balizar a propriedade privada, acumular riquezas e controlar a transmissão do patrimônio genético e econômico do homem aos seus filhos legítimos, e neste “dispositivo familiar econômico-genético” o homem seria o proprietário da mulher, dos filhos e dos escravos, conformando, portanto, o “regime de verdade do patriarcado” (p.27).

Nesse sentido, para Mônica Barbosa, o poder do pai e do marido teria se ampliado no século XVIII, amparando-se em três discursos que justificariam o princípio de autoridade masculina: “o aristotélico, que a apresenta como natural, o teológico, que afirma sua divindade, e o político, que lhe atribui divindade e naturalidade” (p.29). Nesse ponto, a autora passa a desenvolver um interessante diálogo com a socióloga feminista Elizabeth Badinter a partir do texto “Um amor conquistado: o mito do amor materno” (1985) para discutir a necessidade de revisão dos princípios aristotélicos que influenciaram o Ocidente e que teriam sido retomados pela teologia cristã e pelos teóricos da monarquia absoluta, realizando uma crítica ao poder pastoral e ao controle da vida

da criança a partir da transmissão de valores morais e vigilância quanto à sua sexualidade (p.29-34).

A autora destaca também a existência de processos de resistência ao modelo normatizado de mãe, submissa e devota ao marido na França do século XVII, período em que grupos de mulheres já manifestavam o desejo de desvincularem-se da família como condição de vida social e para os quais o casamento era sinônimo de posse e sujeição (p.33). A autora realiza uma aproximação desse posicionamento às críticas realizadas pelos ativismos contemporâneos que militam pela não-monogamia e que se colocam contra a instituição do casamento, como no caso da Rede Relações Livres, trazendo uma atualização desse discurso através do texto “Mulher Livre no século XXI”⁴, cuja autoria é de mulheres do RLI e simpatizantes⁵.

Em seu diálogo com Foucault, Mônica Barbosa chega à noção de família como “um dispositivo que incentiva o discurso sobre o sexo para melhor regulá-lo e transformá-lo em economicamente útil” (p.36). Dessa maneira, incidiria sobre o casal padrão burguês (monogâmico e heterossexual): “o saber-poder estratégico de histerilização do corpo da mulher, o da pedagogização do sexo infantil; o da psiquiatrização do prazer perverso e o da socialização dos procedimentos de procriação” (p.36-37). Assim:

A história da família é atravessada pela questão político-econômica da força de trabalho. A partir do século XIX, a consolidação de uma política do corpo canaliza o sexo num circuito econômico e problematiza a questão da saúde e da longevidade. A sexualidade aparece com um projeto burguês de reprodução, de raça, de vida ideal, não mais estabelecida por um “sangue nobre”, mas por um “sexo decente”. Constitui-se como uma tecnologia de gestão da vida, que atravessa todo corpo social e alcança o século XXI (Barbosa, 2015, p.39).

Observando, oportunamente, que o regime de aliança que sustenta o dispositivo da sexualidade não é estático nem atemporal, mas movimenta-se e ressignifica-se constantemente, sendo transformado pelo próprio dispositivo como um mecanismo de manutenção, a autora afirma tratar-se de um sistema que se recicla e que não se cogita dismantlar. Ao contrário, para ela teríamos a família monogâmica sendo cada vez mais solicitada no campo social como responsável por sua regulação, a exemplo da crescente reivindicação de movimentos sociais que se afirmam a partir de identidades sexuais pela regulação das novas parentalidades e conjugalidades.

Nessa discussão, a autora destaca as relações afetivas que fogem ao arranjo conjugal e tensionam os próprios termos sob os quais se assentam o status da aliança civil, como família e monogamia, ao contrário, esses arranjos surgiriam como “anomalias” que complexificam a questão no plano dos direitos civis. A partir de então a autora avança em suas considerações fazendo uma observação chave para o raciocínio que será desenvolvido a seguir: trata-se de entender a monogamia heterossexual como uma peça da heteronormatividade compulsória.

3 O autor, por sua vez, utiliza-se de estudos do antropólogo Lewis Morgan (1818-1881) e escritos de Karl Marx (1818-1893) para desenvolver sua argumentação teórica.

4 Disponível em: < <https://rederelacoeslivres.wordpress.com/2010/07/23/texto-mulher-livre/> >.

5 Aqui é importante destacar que a autora não se furta às problematizações, tensões e contradições (embora pudessem ser mais exploradas) decorrentes de um confronto entre a necessidade de negação das regulações que são impostas sobre o corpo da mulher e a exigência de proteção do Estado sobre esse mesmo corpo, como no caso da luta pela legalização do aborto (p.34-35).



Para discutir a heteronormatividade, Mônica Barbosa traz a acepção do sociólogo brasileiro Richard Miskolci (2009) que a entende como um dispositivo contemporâneo que evidenciaria o objetivo de formar todos os sujeitos para serem heterossexuais e organizarem suas vidas a partir dessa premissa. A autora destaca uma predominância das discussões sobre a heteronormatividade vinculadas às questões das homossexualidades, mas salienta que o termo não se limita a elas já que realiza uma crítica às “relações de poder geridas pela universalização dos modos de amar, de viver a sexualidade, de construir relações de parentesco” (p. 43), tornando-se útil também para pensar e tensionar as práticas de conjugalidade não-convencionais e não-monogâmicas que, por vezes, sucumbem a uma concepção heteronormativa da afetividade.

A heteronormatividade será um importante gancho para o tópico seguinte, que versa sobre a teoria queer, cujo objeto de estudo seria a normalização do desejo e da sexualidade. Esse tópico, intitulado Teoria e política queer, inicia-se com uma breve descrição do contexto de emergência do termo, que teria como pano de fundo a efervescência dos movimentos sociais que se afirmam através da sexualidade nos EUA da década de 1990 e que reagiram fortemente à omissão do governo de Ronald Regan (período: 1980-1989) em relação à epidemia de AIDS, resultando em práticas de desobediência civil e de choque por parte de grupos como o ACT UP (AIDS Coalition to Unleash Power).

Nesse contexto, o feminismo e os movimentos lésbicos e gays teriam entrado em crise por conta de uma postura integracionista e conservadora que não era compartilhada de maneira unânime, encontrando resistência por parte daqueles que não concordavam com tal postura. A teoria queer surgiria, portanto, num contexto de crítica à defesa de uma identidade estável, coerente e natural, “partindo-se do pressuposto que identidades são móveis, parcelares e circunstancialmente produzidas” (p.48).

Outro importante destaque realizado pela autora em sua argumentação é o conceito de poder de Michel Foucault e cujos principais traços seriam: a relação negativa poder/sexo, o recurso da regra, a interdição cíclica, a censura e o dispositivo unitário. Tal destaque se justifica pela faceta produtiva e onipresente do poder, que seria inerente a todas as relações e dotado de estratégias heterogêneas e instáveis, sendo sua análise, em nível regional e local, a base da teoria queer para a realização de uma crítica das relações de poder que se estabeleceriam dentro dos próprios movimentos feminista e homossexual (p.49-51).

A partir de então, desenvolve-se uma série de argumentações baseadas em estudos de teóricas feministas do campo queer, como a filósofa norte-americana Judith Butler, com a qual Barbosa irá questionar a criação de uma identidade universal “mulher” cujo sujeito de representação tenderia a gerar exclusões; e o filósofo Paul B. Preciado com sua noção de “multidões queer”, propondo uma desontologização do sujeito da política de identidades para desvincular-se do conceito mais tradicional de política que teria a identidade como pilar fundamental. Entendendo, portanto, a política queer como uma estratégia de poder que parte de uma resistência à heteronormatividade e a teoria queer como um de seus instrumentos, a autora defende sua utilização como um saber capaz de enfrentar os discursos que se produzem como verdades sobre a sexualidade.

O capítulo II, Direitos humanos e direitos sexuais, desenvolve-se a partir de uma retomada da emergência de tais conceitos no âmbito das conferências internacionais realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com a autora, por direitos humanos entende-se o conjunto de saberes e poderes políticos, sociais, culturais e jurídicos fundamentados no discurso de proteção à dignidade humana e que tem sua base principal na Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas (DUDH).

Os direitos humanos seriam organizados sobre os seguintes pressupostos: exigibilidade jurídica, inerência, dignidade, universalidade, irrenunciabilidade, integralidade. Seu contexto de surgimento seria o pós Segunda Guerra Mundial, numa sociedade de normalização que buscaria “regular o direito dos Estados-Nação matarem” (p.60). No capítulo, segue-se a essa introdução uma problematização dos pactos globais, conferências e acordos que versam sobre os direitos humanos, suas limitações e contradições em termos geopolíticos e culturais, bem como a insipiência de seus relatórios no que tange aos direitos sexuais.

Nesse sentido, destaca-se a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo (1994), assinada por 184 países, inclusive o Brasil, como precursora no tema dos direitos sexuais, ainda que o termo apareça em seu relatório somente nas ressalvas de países contrários a ele. Sobre a conferência, a autora destaca que os pontos mais polêmicos do documento final se encontravam no capítulo VII, dedicado à reprodução e à saúde reprodutiva, com atenção aos métodos anticoncepcionais, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), às consequências do aborto inseguro e ao exercício da sexualidade, causando reservas e ressalvas por parte da Igreja Católica e de fundamentalistas religiosos⁶.

No tópico do segundo capítulo intitulado Os movimentos pela Livre Expressão da Afetividade e da Sexualidade, a autora realiza uma breve contextualização histórica dos movimentos que se afirmaram a partir da sexualidade desde a década de 1960: período marcado, no contexto brasileiro, pela ditadura militar, momento de reivindicações dos movimentos feministas por equidade de direitos, do posicionamento das organizações homossexuais em prol da liberdade de expressão e dos hippies com sua bandeira de paz e amor.

Entretanto, o clima de maior liberdade no campo da sexualidade instaurado no período, seria logo abalado pelo aparecimento da AIDS e a conseqüente intensificação de estigmas sobre as pessoas cujo comportamento, no campo da sexualidade, fugiam ao convencional, configurando um espaço político de forte investida no controle, higienização e vigilância sobre as práticas sexuais desviantes e os grupos e sujeitos dessas práticas. O texto desenvolve, então, uma discussão sobre o contexto da AIDS e seus desdobramentos no período pós-ditadura no Brasil, no qual a epidemia tornou-se uma questão política e social e o clima de pânico moral instaurado nos primeiros anos dá lugar ao discurso de solidariedade e cuidado de si e do outro.

Nesse período, segundo Barbosa, “embora os avanços por uma política sexual equitativa tenham sido protagonizados pelos movimentos feministas e homossexual, outros grupos agem em prol da pluralidade sexual, desvinculado da identidade de gênero” (p.78), esse seria o caso do movimento Poliamor, surgido em São Francisco, Califórnia (EUA) na década de 1980 e que se baseia no amor livre, afirmando o estabelecimento de vínculos afetivos e sexuais entre mais de

6 Mônica Barbosa ressalta que a sexualidade se trata um território político em disputa, no qual Organizações Não-governamentais e movimentos sociais têm enfrentado posturas conservadoras nos espaços de debate pelos direitos sexuais e onde o poder de barganha seria proporcional ao grau de institucionalização dessas organizações, sendo as mais conservadoras as detentoras de mais recursos (p.66).



duas pessoas e defendendo a não-monogamia responsável (polifidelidade).

No Brasil, a primeira organização exclusivamente dedicada ao tema do amor e da sexualidade em ações de resistência à hegemonia heterossexual monogâmica se formaria em 2009, em Porto Alegre (RS), sendo nomeada Rede Relações Livres (RLI). A autora destaca que os movimentos Poliamor e RLI têm em comum os objetivos de visibilizar suas práticas, oferecer apoio às pessoas que possuam relacionamentos não-monogâmicos, combater o preconceito e produzir avanços no debate público de seus temas. Já sua principal divergência estaria nas práticas de polifidelidade e conjugalidade, às quais os integrantes da RLI são contrários, pois defendem a autonomia das pessoas com relação ao número de parceiros que desejam ter, sem a necessidade de autorização dos seus parceiros e sem estabelecer hierarquias entre tais relações.

O último capítulo do livro é dedicado ao Procedimento de Pesquisa, no qual a autora enfatiza que a operação de problematizar a monogamia compulsória por meio do discurso dos movimentos que se opõem a ela foi realizada a partir do procedimento genealógico, e dá continuidade ao texto oferecendo ao leitor uma exploração desse procedimento analítico no tópico 3.1: A Abordagem Genealógica. Nessa discussão a autora vai apresentar o conceito de genealogia com o qual trabalha, criado pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) e retomado por Foucault como um procedimento que desfaz a ideia da continuidade e se apoia no saber não como compreensão, mas como ruptura.

Seguindo os rastros da genealogia como “a história do devir da humanidade” (p.85), a autora chega a uma compreensão da monogamia como um regime de verdade que vem sendo ensinado pela história a partir do discurso de um amor verdadeiro que é sempre dirigido a uma única pessoa. Nesse caminho, Barbosa afirma que um conjunto de regulamentações (como a lei e o mercado) incide sobre a afetividade e a sexualidade, normalizando-as. Entretanto, seu trabalho estaria baseado na busca pela singularidade dos discursos que problematizam essa normalização, discursos produzidos por agentes não-monogâmicos.

No segundo item do terceiro capítulo, intitulado Percurso Rede Relações Livres, Mônica Barbosa apresenta e discute suas experiências durante a observação participante com o movimento RLI através de seu diário de bordo, bem como suas inquietações durante a pesquisa, as relações que estabeleceu entre os discursos proferidos pelos integrantes e suas análises e abordagens teóricas, além das dificuldades e limitações encontradas. Inicia-se com o contexto de seus primeiros contatos com a RLI e segue com a apresentação da trajetória da pesquisadora como frequentadora das reuniões, encontros e atividades do grupo, enlaçando-a com discussões teóricas que foram levantadas nesses encontros ou com articulações que a própria pesquisadora foi desenvolvendo a partir dos temas e questões que emergiram do campo.

A descrição do diário de bordo da pesquisadora é rica, instigante e aproxima o leitor do cotidiano dos integrantes da RLI de maneira a contribuir para uma desestigmatização de sujeitos cujas práticas se desviam do considerado normal, e também da própria pesquisadora, que se coloca no jogo, compartilhando suas inquietações acerca dos temas e estratégias da rede, de maneira a oferecer valiosas contribuições aos estudos sobre o tema. Nesse sentido, destaca-se, também, a linguagem acessível com a qual a autora desenvolve seus argumentos e como os articula à descrição dos encontros, transcrição das falas e tradução dos acontecimentos.

Em suas considerações finais, Mônica Barbosa realiza, ainda, uma interessante crítica à Rede Relações Livres, na qual ressalta seu importante papel na luta por colocar a autonomia sexual na centralidade do debate em torno dos direitos sexuais e propor uma desconstrução do binômio amor/exclusividade. Entretanto, destaca o risco de se constituir uma “identidade RLI”, pois este processo tenderia a um engessamento que poderia ter como consequência a conquista de privilégios de uma identidade em detrimento de outras, sem romper, portanto, com as opressões decorrentes dos discursos hegemônicos que a rede pretende combater.

Por último deixa como rastro de sua pesquisa o afeto como uma ameaça ao exercício do biopoder e uma potência que poderia ser voltada para a transformação, mas que ainda é pouco explorada no campo da gestão social no qual a autora se insere. Acerta ao identificar uma efetiva problematização do afeto como lacuna presente na pesquisa, pois de fato é possível identificar essa falta, bem como do próprio conceito de amor (que não é autoevidente), pouco discutido no trabalho. Uma desconstrução do seu conceito, especialmente no que tange ao “amor romântico”, poderia abrir interessantes caminhos de investigação, uma vez que possibilitaria ampliar sua crítica às noções de amor livre e poliamor e tocar em questões como os privilégios masculinos numa relação não-monogâmica estabelecida dentro de uma sociedade sexista e misógina como a nossa.

Outra lacuna apresenta-se na ausência de uma discussão mais incisiva com respeito aos recortes de etnia e práticas não-heterossexuais dentro dos movimentos: quais os enfrentamentos específicos das mulheres negras, já fortemente estigmatizadas e sexualizadas pelo racismo vigente, no contexto de uma relação não-monogâmica? Como se dão as práticas não-heterossexuais dentro desse contexto? Quais seus limites e tensões? Essas são questões que ficam como possibilidade para futuros desdobramentos da pesquisa, sendo compreensíveis as ausências destacadas já que se trata de um texto resultado de uma investigação em âmbito de mestrado acadêmico, o que certamente exigiu da autora uma delimitação mais estreita do tema.

O livro “Poliamor e Relações Livres, do amor à militância contra a monogamia compulsória” traz uma importante contribuição para o campo de estudos das sexualidades dissidentes e oferece uma valiosa e consistente referência bibliográfica dentro de um contexto acadêmico no qual trabalhos com esse tema ainda são bastante escassos. Além disso, com uma linguagem acessível e dinâmica, o livro também abre portas para uma leitura interessada e curiosa, possibilitando ao leitor não-especializado uma instigante aproximação ao tema.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BARBOSA, Mônica. **Poliamor e Relações Livres**: do amor à militância contra a monogamia compulsória. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, do Estado e da propriedade privada**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1997.

FOUCAULT, 2005. **Sexo, Poder e Indivíduo**: entrevistas Seleccionadas. Desterro: Edições Nefelibata, 2005.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2009.